

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco") relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, com as respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **1 - Atividades:** O Banco possui como principal estratégia e missão a disponibilidade de soluções financeiras flexíveis e de custos competitivos, customizados para financiamento de equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil. Busca permitir à seus clientes a preservação de linhas de crédito e de caixa para investimentos em seu foco de negócio, assim como oferece alternativas para um melhor gerenciamento do orçamento de TI. **2 - Cenário Econômico:** A economia brasileira registrou queda de seu PIB ( Produto Interno Bruto ) na ordem de 4.1% para o ano de 2020 na comparação com o ano anterior. A recessão de 2020 foi puxada pelos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19 e das medidas de isolamento social. Consequentemente a alta do PIB para o ano de 2021 está condicionada à melhora no cenário da crise sanitária. A eventual queda gradual do contágio e das fatalidades permitiria à economia seguir seu processo de reabertura gradual com a recuperação do emprego e menor contração no consumo das famílias. O cenário apresenta compatibilidade com a redução do quadro atual

de pandemia, manutenção do teto de gastos, inflação moderada e juros estáveis ao longo de 2021. O risco mais claro ao cenário central é a evolução da pandemia surgindo a possibilidade de interrupção no processo de reabertura e recuperação da economia. O impacto dependerá da velocidade de reação do governo em relação à disseminação da vacina, continuidade dos programas compensatórios e seus efeitos no gasto público. O crescimento do PIB está projetado entre 3% e 4% em 2021. Neste cenário, o Banco Central (BC) poderá manter a taxa básica Selic entre 2% e 4,00% ao longo do período. O Banco IBM mantém atenção em relação aos efeitos da pandemia em seus novos volumes de negócios e no maior controle de seus recebíveis. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação em 2020 de 4,52%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou índice de 23,07% em 2020. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de Dezembro de 2020, o Banco apresentou um patrimônio líquido de R\$ 552,6 milhões. O valor presente do montante a receber de arrendamentos, operações de crédito, aquisição de direitos e aplicações interfinanceiras de liquidez totalizam R\$ 2.299 milhões no final do período. Consoante a estratégia da administração o lucro líquido auferido no período deverá adicionar os lucros acumulados no exercício que serão adicionados às reservas de lucros, respeitados os limites da regulamentação. Rio de Janeiro, 26 de Março de 2021. **A Administração.**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2020		2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2020		2019	
				(Reapresentado - Nota 2)					(Reapresentado - Nota 2)		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.218.844</b>	<b>1.495.476</b>			<b>CIRCULANTE</b>		<b>927.095</b>	<b>1.380.145</b>		
Caixa e equivalente de caixa	3	28.656	41.388			Depósitos	11	826.443	1.236.459		
Operações interfinanceiras de liquidez	4		21.009			Depósitos interfinanceiros			37.067		
Operações de crédito	5	7.608	91.408			Depósitos a prazo		826.443	1.199.392		
Financiamentos e títulos descontados		21.941	100.601			Impostos a Recolher	13 (a)	30.276	41.539		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 e 8	(14.333)	(9.193)			Outras obrigações	12	70.376	102.147		
Aquisições de Direitos	6	137.837	277.992			Dividendos a pagar		15.531			
Aquisições de Direitos		138.622	281.848			Fornecedores a pagar		54.072	101.628		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 8	(785)	(3.856)			Outros passivos		773	519		
Operações de arrendamento mercantil						<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.194.345</b>	<b>644.029</b>		
Financeiro	7	952.581	915.072			Depósitos a prazo	11	1.004.169	459.098		
Arrendamento Mercantil Financeiro	7	955.981	920.998			Obrigações Fiscais Diferidas	14	4.414	3.837		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(a) e 8	(3.400)	(9.744)			Contingências	18	185.762	181.094		
Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários	7 (f)		3.837			Vinculadas a processos judiciais		184.894	180.635		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8		(19)			Outras Contingências		868	459		
Operações de arrendamento mercantil Operacional			13			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	15	<b>552.549</b>	<b>502.688</b>		
Arrendamentos operacionais a receber		4	33			Capital social		373.478	373.478		
Rendas de arrendamento operacional a apropriar		(4)	(20)			Reservas de lucros		179.071	129.210		
Impostos a compensar	13 (a)	83.741	76.408			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.673.989</b>	<b>2.526.862</b>		
Outros Créditos	10	8.421	72.186								
Depósitos no Banco central			66.860								
Outros ativos		8.421	5.326								
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.455.145</b>	<b>1.031.386</b>								
Operações de crédito	5	4.371	22.209								
Financiamentos		12.607	47.771								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 e 8	(8.236)	(25.562)								
Aquisições de Direitos	6	2.206	5.449								
Aquisições de Direitos		2.219	5.455								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 8	(13)	(6)								
Operações de arrendamento mercantil	7	1.163.682	711.955								
Arrendamento Mercantil Financeiro	7	1.167.835	715.202								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(a) e 8	(4.153)	(3.247)								
Operações de arrendamento mercantil Operacional											
Arrendamentos operacionais a receber			1								
Rendas de arrendamento operacional a apropriar			(1)								
Créditos tributários	14	83.774	94.685								
Depósitos vinculados a processos judiciais	18	201.103	196.942								
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>9</b>	<b>146</b>								
Imobilizado de arrendamento operacional		9	146								
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.673.989</b>	<b>2.526.862</b>								

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2º semestre de 2020		Exercícios findos em 31 de dezembro 2020		Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	
						(Reapresentado - Nota 2)
<b>Receitas da intermediação financeira</b>						
Receita com Arrendamento Mercantil Financeiro (nota 7(e))	102.435	197.323	210.321			
Receita com Arrendamento Mercantil Operacional	4	23	1.085			
Operações de crédito (nota 5)	391	3.280	17.023			
Operações de Cessão de direitos (nota 6)	7.752	19.086	32.431			
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	409	1.413	13.063			
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (nota 8)	2.075	4.429	5.478			
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	7.946	17.673	44.960			
	121.012	243.227	324.360			
<b>Despesas da intermediação financeira</b>						
Operações de captação no mercado	(38.508)	(76.306)	(122.436)			
Operações de arrendamento mercantil Operacional	(33)	(72)	(331)			
Resultado com Cessão de Ativos	(38.541)	(76.645)	(122.767)			
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>82.471</b>	<b>166.582</b>	<b>201.593</b>			
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>						
Despesas administrativas	(18.405)	(33.978)	(34.695)			
Despesas tributárias (Nota 20)	(13.627)	(28.767)	(30.789)			
Outras receitas operacionais (Nota 21)	1.032	4.777	8.783			
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(2.799)	(8.917)	(3.113)			
	(33.799)	(66.885)	(59.814)			
<b>Resultado operacional</b>	<b>48.672</b>	<b>99.697</b>	<b>141.779</b>			
<b>Resultado não operacional</b>	<b>1.019</b>	<b>2.912</b>	<b>(1.797)</b>			
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>49.691</b>	<b>102.609</b>	<b>139.982</b>			
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>						
Provisão para imposto de renda (Nota 13 (b))	(2.798)	(14.662)	(23.442)			
Provisão para contribuição social (Nota 13 (b))	(2.249)	(11.066)	(14.234)			
Ativo fiscal diferido (Nota 13 (b) e 14)	(18.090)	(10.912)	(17.554)			
Passivo fiscal diferido (Nota 13 (b) e 14)	(11)	(577)	2.660			
	(23.148)	(37.217)	(52.570)			
<b>Lucro líquido do semestre e exercício</b>	<b>26.543</b>	<b>65.392</b>	<b>87.412</b>			
Lucro líquido por ação - R\$	0,16	0,39	0,52			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2020		Exercícios findos em 31 de dezembro 2020		Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	
						(Reapresentado - Nota 2)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>26.543</b>	<b>65.392</b>	<b>87.412</b>			
Componentes do resultado abrangente						
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>26.543</b>	<b>65.392</b>	<b>87.412</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2020		Exercícios findos em 31 de dezembro 2020		Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	
						(Reapresentado - Nota 2)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro líquido do semestre/exercício	26.543	65.392	87.412			
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>						
Depreciação de imobilizado de arrendamento mercantil operacional	33	72	332			
Transferências e renegociações de ativos (nota 9)		267	(79)			
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(7.946)	(17.673)	(44.960)			
Reversão/Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	18.101	11.489	14.894			
Atualização monetária (Nota 21)	(21)	(2.559)	(1.096)			
Constituição/(reversão) de Provisão de Contingências (Nota 21)	1.051	738	(1.400)			
Resultado na alienação de bens de arrendamento mercantil operacional	(259)	(202)	(92)			
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>37.502</b>	<b>57.524</b>	<b>55.011</b>			
<b>Variação de ativos e obrigações</b>						
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		21.009	264.824			
Redução em operações de crédito	52.258	113.578	230.790			
Redução em aquisições de direitos	21.920	146.462	30.367			
Aumento em operações de arrendamento mercantil Financeiro	(532.774)	(486.568)	(589.740)			
Redução em operações de arrendamento mercantil operacional		13	168			
Redução/(aumento) em outros créditos e outros valores e bens	39.879	57.633	(81.035)			
Aumento/(redução) em outras obrigações	27.936	(57.438)	33.501			
Redução em obrigações por depósitos	302.208	135.055	115.690			
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(51.071)</b>	<b>(12.732)</b>	<b>59.576</b>			
<b>Fluxos de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>						
Dividendos pagos (Nota 15 (f))			(71.806)			
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>			<b>(71.806)</b>			
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(51.071)</b>	<b>(12.732)</b>	<b>(12.230)</b>			
Modificações no caixa e equivalentes de caixa						
Saldo no início do semestre/exercício (Nota 3)	79.727	41.388	53.618			
Saldo no fim do semestre/exercício (Nota 3)	28.656	28.656	41.388			
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(51.071)</b>	<b>(12.732)</b>	<b>(12.230)</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total
		Especial	Estatutária	Legal		
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2019</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	373.478		71.806	41.798	487.082	
Distribuição de Dividendos			(71.806)		(71.806)	
Lucro líquido do exercício					87.412	87.412
Apropriação reservas		83.041		4.371	(87.412)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>373.478</b>	<b>83.041</b>	<b>46.169</b>	<b>502.688</b>		
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	373.478	83.041	46.169	502.688		
Lucro líquido do exercício				65.392	65.392	
Dividendos mínimos obrigatórios				(15.531)	(15.531)	
Apropriação reservas		46.592	3.269	(49.861)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>373.478</b>	<b>129.633</b>	<b>49.438</b>	<b>552.549</b>		
<b>Semestre findo em 31 de dezembro de 2020</b>						
Saldo em 1º de julho de 2020	373.478	83.041	36.907	48.111	541.537	
Lucro líquido no semestre				26.543	26.543	
Dividendos mínimos obrigatórios			(9.227)	(6.304)	(15.531)	

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Anteriormente		Saldos	
	apresentado em 31/12/2019	Reclassificação (973.210)	reclassificados em 31/12/2019	
Depreciações e amortizações.....	973.542	(973.210)	332	
Superveniência (insuficiência) de depreciação .....	41.749	(41.749)		
Atualização monetária.....		(1.096)	(1.096)	
Constituição/(reversão) de Provisão de Contingências .....		(1.400)	(1.400)	
Resultado na alienação de bens de arrendamento mercantil .....	(5.244)	5.152	(92)	
<b>Lucro líquido ajustado .....</b>	<b>1.067.314</b>	<b>(1.012.303)</b>	<b>55.011</b>	
Redução (aumento) em repasses interfinanceiros .....	(66.860)	66.860		
Redução (Aumento) em aquisições de direitos.....		30.367	30.367	
Redução (Aumento) em operações de arrendamento mercantil Financeiro .....	166	(589.906)	(589.740)	
Redução (Aumento) em operações de arrendamento mercantil Operacional .....		168	168	
Redução (Aumento) em outros créditos e outros valores e bens .....	10.183	(91.218)	(81.035)	
Redução (Aumento) em outros valores e bens .....	193	(193)		
Aumento (Redução) em outras obrigações .....	37.708	(4.207)	33.501	
Redução em obrigações por depósitos .....		115.690	115.690	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais.....</b>	<b>1.544.318</b>	<b>(1.484.742)</b>	<b>(56.576)</b>	
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil .....	(1.632.835)	1.632.835		
Alienação de imobilizado de arrendamento mercantil .....	32.403	(32.403)		
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos.....</b>	<b>(1.600.432)</b>	<b>1.600.432</b>		
Redução em obrigações por depósitos .....		115.690	115.690	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos .....</b>	<b>43.884</b>	<b>(115.690)</b>	<b>(71.806)</b>	

**(a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata dia" e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **Resultado não recorrente:** A avaliação sobre a natureza dos resultados não recorrentes não realizadas nos termos da Resolução Bacen nº 2/2020. O Banco IBM considera como não recorrentes, as receitas e despesas que: (a) não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (b) não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro o efeito dos itens de resultado não recorrentes são conforme abaixo:

	2º semestre de 2020	Dezembro 2020	Dezembro 2019
<b>Resultado recorrente</b>	<b>20.543</b>	<b>65.659</b>	<b>87.412</b>
Resultado não recorrente		(267)	
Cessão de Ativos (*)		(267)	
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>20.543</b>	<b>65.392</b>	<b>87.412</b>

(\*) A cessão dos ativos vinculados (Nota 9) se refere ao repasse, utilizando a prerrogativa da resolução CMN 2.921/02, de contratos vinculados em atraso referentes a cliente em recuperação judicial. Não estão previstos que repasses dessa natureza aconteçam em resultados futuros.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, eventuais caixas em trânsito e eventuais recursos aplicados em "overnight". Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor atualizado, em base "pro-rata dia" até a data do balanço. **(d) Operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito:** Registradas pelo custo amortizado, calculado "pro-rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **(e) Arrendamentos Mercantis a receber:** Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadas de rendas de arrendamento a apropriar. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/99. O ajuste a valor presente das contraprestações a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do Banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89. (Nota explicativa 7(c)). Conforme Resolução Bacen nº 4.535/16 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. (Nota explicativa 7 (d)); e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificada na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira das operações de arrendamento mercantil (Nota explicativa 7 (d)). Conforme Circular BACEN nº 1.429/89, os valores residuais dos contratos de arrendamento mercantil, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para perdas de arrendamento a amortizar e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado, se credores (Nota explicativa 7 (d)). Conforme a Resolução nº 4.534/16 do Bacen, os montantes de perdas de arrendamento a amortizar são classificados na rubrica de imobilizado de arrendamento. Em setembro de 2019 foi emitida a Circular Bacen nº 3.959/19 alterando a apresentação nas demonstrações financeiras das operações de arrendamento mercantil financeiro, sendo apresentados pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos no contrato. No cálculo de valor presente dos arrendamentos mercantis financeiros é utilizada a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato deduzidos os custos de venda. A composição do montante de valor presente da carteira conforme registrado de acordo com as regras contábeis aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central está presente na Nota explicativa 7 (c). **(f) Provisões para créditos de liquidação duvidosa:** É fundamentada mediante análise das operações efetuadas pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, as garantias recebidas, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. Para os casos em que o cliente apresentar atrasos temporais no pagamento das contraprestações, indicado pelo acompanhamento feito pelo departamento de contas a receber, e com a supervisão do Diretor Operacional, observa-se se o cliente não apresenta problemas financeiros ou ineficiência em seu fluxo de caixa, bem como históricos de atrasos com o Banco ou com o mercado. Para a aplicação do critério de exceção previsto no artigo 2º da Resolução 2.682/99, inicialmente é realizada a análise por grupo econômico. Para o cliente de um mesmo grupo econômico que apresente faturas em atraso, mas atenda ao descrito no parágrafo anterior, este será isolado na análise da aplicação das faixas de risco de crédito e, para o contrato que apresente parcela(s) em atraso, será sempre atribuída a pior classificação de crédito dentre todos os contratos em atraso desse cliente, conforme artigo 4º da Resolução 2.682/99. Para os demais contratos, sem parcelas vencidas, desse mesmo cliente é mantida a sua classificação de crédito original. Será considerado para o critério de exceção a representatividade em percentual das parcelas em atraso, comparado ao valor presente das operações do cliente em análise, não podendo esse ser maior que 20%. As operações em atraso há mais de 180 dias, classificadas com o rating "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de "Recuperação de Créditos baixados à prejuízo", quando aplicável. As movimentações dos créditos de liquidação duvidosa, bem como dos contratos renegociados e recuperações de créditos baixados a prejuízo ocorridos no semestre, estão demonstradas na Nota explicativa 8. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas aplicadas à atualização monetária sobre depósitos judiciais e a eventual saldo de superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Obrigações Fiscais Diferidas". Os referidos créditos tributários foram constituídos com base em estudos técnicos, considerando-se as projeções de lucros tributáveis futuros as quais incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrente das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social foi constituída

à alíquota de 20%. Ao longo do ano de 2019 a alíquota praticada foi de 15%. **(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes), o qual foi aprovado pela resolução nº 3.823/09 do Bacen. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **Obrigações legais:** Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **(i) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata dia") e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata dia"). **(j) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional do Banco. **3. Caixa e equivalente de caixa:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Recursos em banco.....	28.656	41.388
Banco conta movimento .....	28.656	41.388

**4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam compostas como segue:

	Dezembro 2019
Banco Votorantim.....	9.645
Banco BTG Pactual.....	5.773
Banco Safra.....	2.534
Banco Pan.....	2.954
Banco BBM.....	103
	<b>21.009</b>

O saldo foi integralmente liquidado ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **5. Operações de crédito:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de financiamentos. Essas operações são realizadas com recursos provenientes da emissão de certificados de depósitos bancários ("CDBs") emitidos pelo Banco. O pagamento dos CDBs, em sua maioria, estão vinculados ao recebimento de clientes, nos termos da resolução BACEN 2.921/02.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
			Valor	Para Perdas	Valor	Para Perdas
Serviços .....		AA	4.921	34.711		
	1,0%	B	499	(5)	937	(9)
	3,0%	C			8.470	(254)
	30,0%	E	20	(6)	52	(16)
	70,0%	G			48.611	(34.028)
	100,0%	H	22.520	(22.520)	246	(246)
Comércio .....		AA		34.368		
	0,5%	A	414	(2)	9.747	(48)
	1,0%	B			93	(1)
	3,0%	C			513	(15)
	30,0%	E			286	(86)
Indústria .....		A	5.984	(30)	10.330	(52)
	1,0%	B			8	
	3,0%	C	190	(6)		
			<b>34.548</b>	<b>(22.569)</b>	<b>148.372</b>	<b>(34.755)</b>
Circulante .....			21.941	(14.333)	100.601	(9.193)
Não circulante .....			12.607	(8.236)	47.771	(25.562)

As operações de crédito possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

Atividade econômica	Vencidas					A vencer				
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Dezembro 2020	957	1.906	2.824	4.823	11.431	12.607			34.548	
Dezembro 2019	75	57	86	38.713	61.670	35.618	12.153		148.372	

As receitas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 3.280 (2019 - R\$ 17.023). **6. Aquisição de direitos:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as operações de aquisição de direitos creditórios são compostas de compras de direitos de recebimentos à vista ou em parcelas, via cessão, sem direito de regresso, junto a pessoas jurídicas não participantes do sistema financeiro nacional.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
			Valor	Para Perdas	Valor	Para Perdas
Serviços .....		AA	1.131	-	3.911	-
	0,5%	A	3.299	(16)	3.557	(18)
	1,0%	B	303	(3)	3.595	(36)
	3,0%	C	157	(5)	5.756	(173)
	30,0%	E			912	(273)
	100,0%	H	343	(343)		
Comércio .....		AA	56.568	24.922		
	0,5%	A	69.188	(346)	86.582	(433)
	1,0%	B	3.872	(39)	106.158	(1.061)
	3,0%	C	1.539	(46)	24.684	(741)
	10,0%	D	2		72	(7)
	30,0%	E			2.139	(641)
Instituições Financeiras		AA	4.439	5.952		
	3,0%	C			14.969	(449)
Indústria .....		AA		1.392		
	0,5%	A		1.777		(9)
	1,0%	B		214		(2)
	3,0%	C		354		(11)
Habitação .....		A		117		(1)
Rural .....		C		240		(7)
			<b>140.841</b>	<b>(798)</b>	<b>287.303</b>	<b>(3.862)</b>
Circulante .....			138.622	(785)	281.848	(3.856)
Não circulante .....			2.219	(13)	5.455	(6)

As operações aquisição de direitos possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

Atividade econômica	Vencidas					A vencer				
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 3 anos	Total	
Dezembro 2020.....	29	159	157	99.980	38.297	2.219			140.841	
Dezembro 2019.....	5.344	61		209.585	66.858	5.455			287.303	

As receitas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 19.086 (dezembro 2019 - R\$ 32.431). A remuneração média da carteira é de 0,74% a.m. em dezembro de 2020 (dezembro 2019 - 0,94% a.m.).

**7. Operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento têm cláusula de não-cancelamento, de opção de compra e são pactuados com cláusulas de correção monetária prefixada, pós-fixada ou de variação cambial e, quando aplicável, repactuação periódica de juros. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusula de seguro obrigatório a favor do Banco. As operações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e as correspondentes provisões para crédito de liquidação duvidosa podem ser demonstradas como segue:

**(a) Clientes pessoa jurídica por atividade econômica e nível de risco**

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
			Valor presente	Para Perdas	Valor presente	Para Perdas
Indústria.....		AA	18.975	-	37.116	-
	0,5%	A	20.369	(102)	30.549	(153)
	1,0%	B	5.236	(52)	14.529	(145)
	3,0%	C	5.289	(159)	11.034	(331)
	30,0%	E	21	(6)	32	(10)
	50,0%	F				
	70,0%	G			37	(26)
	100,0%	H			68	(68)
Comércio .....		AA	7.690	1.874		
	0,5%	A	46.038	(230)	35.877	(179)
	1,0%	B	3.062	(31)	10.167	(102)
	3,0%	C	706	(21)	9.342	(280)
	30,0%	E	5	(2)	43	(13)
	50,0%	F	35	(18)	99	(50)
	100,0%	H	1.324	(1.324)	3.804	(3.804)
Instituições Financeiras		AA	1.802.452	1.217.063		
	0,5%	A	47.967	(240)	20.393	(102)
	1,0%	B	10.524	(105)	22.115	(221)
	3,0%	C	405	(12)	10.354	(311)
	3,0%	C	80	(2)	170	(5)
Habitação .....		A	18.575	(93)	17.614	(88)
Rural .....		B	4.966	(50)	5	
	1,0%	B			5	
	3,0%	C	704	(21)	4.505	(135)
	10,0%	D			472	(47)
	100,0%	H			93	(93)

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
			Valor presente	Para Perdas	Valor presente	Para Perdas
Serviços .....		AA	58.056	120.164		
	0,5%	A	2.708	(14)	10.862	(54)
	1,0%	B	62.485	(625)	42.948	(429)
	3,0%	C	1.748	(51)	7.544	(226)
	30,0%	E	2	(1)	513	(154)
	50,0%	F			99	(50)
	100,0%	H				

A exposição por contraparte está disposta conforme quadro abaixo:

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda. ....	1.145.421	244.008
Outros Bancos .....	685.191	1.414.482
	<u>1.830.612</u>	<u>1.658.490</u>

Os depósitos a prazo possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Até 90 dias					Total
	Entre 30 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Dezembro 2020 .....	208.536	617.907	930.315	73.854		1.830.612
Dezembro 2019 .....	216.571	982.821	450.975	8.123		1.658.490

A remuneração média da carteira é de CDI +2,83% a.a. para os títulos pós fixados (dezembro 2019 - CDI + 0,42% a.a.) e 2,96% a.a. para os títulos pré fixados (dezembro 2019 - 5,28% a.a.). **(b) Depósitos Interfinanceiros:** Em 31 de dezembro de 2020, o Banco não apresenta captações em depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentava captações em depósitos interbancários no valor de R\$ 37.067, com vencimento em 2 de janeiro de 2020. **12. Outras Obrigações:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as Outras Obrigações do banco possuíam a seguinte composição:

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Dividendos a pagar (nota 15 (f)).....	15.531	
Fornecedores de serviços .....	3.692	269
Fornecedores relacionados a operações (*).....	50.380	101.359
Fundo garantidor de crédito (FGC) .....	368	336
Diversos .....	405	183
	<u>70.376</u>	<u>102.147</u>

(\*) A variação apresentada nos fornecedores relacionados a operações reflete os novos volumes de negócios realizados, principalmente, no último mês dos períodos apresentados.

**13. Impostos: (a) Impostos a recolher e a compensar:** Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os saldos em aberto dos impostos a recolher e a compensar é assim demonstrada:

	Dezembro 2020			
	Imposto de renda e Contribuição Social	PIS e COFINS	ISS	Impostos Retidos
Ativos				
Antecipações .....	43.570			43.570
Impostos retidos a compensar .....	1.948	379		2.327
Impostos a Restituir .....		19.305		19.305
Saldo Negativo e pagamento a maior .....	<u>18.242</u>	<u>297</u>		<u>18.539</u>
	<u>63.760</u>	<u>19.981</u>		<u>83.741</u>

**Passivos**  
Impostos a Recolher .....

	Dezembro 2019			
	Imposto de renda e Contribuição Social	PIS e COFINS	ISS	Impostos Retidos
Ativos				
Antecipações .....	34.039			34.039
Impostos retidos a compensar .....	747	329		1.076
Impostos a Restituir .....		18.995		18.995
Saldo Negativo e pagamento a maior .....	<u>21.903</u>	<u>395</u>		<u>22.298</u>
	<u>56.689</u>	<u>19.719</u>		<u>76.408</u>

**Passivos**  
Impostos a Recolher .....

	Dezembro 2020			
	Imposto de renda e Contribuição Social	PIS e COFINS	ISS	Impostos Retidos
Ativos				
Antecipações .....	102.609	102.609	139.982	139.982
Exclusão da superveniência de depreciação (nota 7(e)) .....	33.538	33.538	41.749	41.749
Adição (Exclusão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8) .....	(17.673)	(17.673)	(44.960)	(44.960)
Provisão para Contingências .....	2.086	2.086	(994)	(994)
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (nota 8) .....	(4.429)	(4.429)	(5.478)	(5.478)
Adição de baixas contábeis não dedutíveis .....	10.381	10.381	2.623	2.623
Dedutibilidade de créditos baixados a prejuízo (a) .....	(39.614)	(39.614)		
Mais adições (exclusões) líquidas .....	(2.978)	(2.978)	884	884
Base de cálculo .....	<u>83.920</u>	<u>83.920</u>	<u>133.806</u>	<u>133.806</u>
Prejuízo Fiscal Compensado .....	(25.176)	(25.176)	(40.142)	(40.142)
Base de cálculo Líquida .....	<u>58.744</u>	<u>58.744</u>	<u>93.664</u>	<u>93.664</u>
Alíquota nominal .....	15%	15%	15%	15%

**Corrente**  
Resultado antes da tributação sobre o lucro  
Exclusão da superveniência de depreciação (nota 7(e)) .....

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	102.609	102.609	139.982	139.982
Exclusão da superveniência de depreciação (nota 7(e)) .....	33.538	33.538	41.749	41.749
Adição (Exclusão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8) .....	(17.673)	(17.673)	(44.960)	(44.960)
Provisão para Contingências .....	2.086	2.086	(994)	(994)
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (nota 8) .....	(4.429)	(4.429)	(5.478)	(5.478)
Adição de baixas contábeis não dedutíveis .....	10.381	10.381	2.623	2.623
Dedutibilidade de créditos baixados a prejuízo (a) .....	(39.614)	(39.614)		
Mais adições (exclusões) líquidas .....	(2.978)	(2.978)	884	884
Base de cálculo .....	<u>83.920</u>	<u>83.920</u>	<u>133.806</u>	<u>133.806</u>
Prejuízo Fiscal Compensado .....	(25.176)	(25.176)	(40.142)	(40.142)
Base de cálculo Líquida .....	<u>58.744</u>	<u>58.744</u>	<u>93.664</u>	<u>93.664</u>
Alíquota nominal .....	15%	15%	15%	15%

**Impostos Diferidos (Nota 14)**  
Constituição (reversão) de obrigação fiscal diferida .....

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Saldo em 31/12/2019	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Constituição (reversão) de obrigação fiscal diferida .....		(361)	(216)	1.662
Constituição (reversão) de crédito tributário sobre Diferenças temporárias .....	(6.819)	(4.093)	(10.971)	(6.583)
Imposto de renda e contribuição social - diferido .....	(7.179)	(4.310)	(9.309)	(5.585)
	<u>(21.841)</u>	<u>(15.376)</u>	<u>(32.751)</u>	<u>(19.819)</u>

(a) Em julho de 2020 o Banco IBM, após revisar as adições temporárias relativas a créditos baixados a prejuízo, identificou que parte desses créditos poderiam ser utilizados como redução permanente da base tributária, amparados pela lei federal 9.430/96 artigo 9.

**14. Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a movimentação dos créditos tributários e das obrigações tributárias diferidas é assim demonstrada:

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Saldo em 31/12/2019	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Insuficiência de depreciação .....	13.865	16.798		30.663
Reversão de faturas com 60 dias em atraso .....	731		(537)	194
Provisão de créditos em liquidação duvidosa .....	19.421		(5.507)	13.914
Baixas para prejuízo de operações de crédito e arrendamento .....	23.466		(15.296)	8.170
Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal .....	23.260		(8.422)	14.838
Provisão de riscos fiscais .....	13.942	2.053		15.995
<b>Total Créditos Tributários</b> .....	<b>94.685</b>	<b>18.851</b>	<b>(29.762)</b>	<b>83.774</b>

**Obrigações fiscais diferidas**  
Atualização sobre depósitos judiciais .....

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Atualização sobre depósitos judiciais .....	(3.837)		(577)	(4.414)
<b>Total obrigações fiscais diferidas</b> .....	<b>(3.837)</b>		<b>(577)</b>	<b>(4.414)</b>

**Créditos tributários diferidos**  
Insuficiência de depreciação .....

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Insuficiência de depreciação .....	13.865			13.865
Reversão de faturas com 60 dias em atraso .....	893		(162)	731
Provisão de créditos em liquidação duvidosa .....	40.992		(21.571)	19.421
Baixas para prejuízo de operações de crédito e operações de arrendamento .....	24.853	2.304	(3.691)	23.466
Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal .....	23.136		(7.876)	23.260
Provisão de riscos fiscais .....	14.365		(423)	13.942
<b>Total Créditos Tributários</b> .....	<b>112.239</b>	<b>16.169</b>	<b>(33.723)</b>	<b>94.685</b>

**Obrigações fiscais diferidas**  
Atualização sobre depósitos judiciais .....

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Saldo em 31/12/2018	Consti-tuição	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Atualização sobre depósitos judiciais .....	(3.837)		(577)	(4.414)
<b>Total obrigações fiscais diferidas</b> .....	<b>(3.837)</b>		<b>(577)</b>	<b>(4.414)</b>

A expectativa de realização dos créditos tributários sobre provisão de créditos em liquidação duvidosa e de insuficiência de depreciação baseiam-se na previsão de recebimento das operações da carteira do Banco. Definimos como acima de 5 anos a expectativa de realização dos crédito tributário sobre provisão de riscos fiscais considerando a impossibilidade de estimarmos quando o processo irá transitar em julgado. O Banco optou pelo não reconhecimento de créditos tributários sobre algumas diferenças temporárias as quais estão em processo de análise e avaliação para posterior constituição. **15. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Representado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. **(b) Aumento de Capital:** Não ocorreram aumentos de capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **(c) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(d) Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional ao Banco. **(e) Reserva especial:** Reserva destinada a registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o saldo apresentado na rubrica lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzido da parcela apropriada à reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. **(f) Dividendos:** O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do Banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A proposta relativa ao pagamento de dividendos adicionais do exercício de 2019, no valor de R\$ 24.912, registrada na rubrica de reservas de lucros foi aprovada em assembleia geral extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2021. A ata da AGE está em processo de aprovação pelo Bacen. O valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R\$ 15.531, está apresentado na rubrica dividendos a pagar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração propôs a distribuição de 30% do lucro auferido no exercício de 2020, deduzida a reserva legal, incluindo o dividendo mínimo obrigatório, amparados pela resolução Bacen 4.885/20, que disciplina vedação para a distribuição superior a esse percentual. A proposta relativa aos dividendos de 2020, no valor de R\$ 18.637 será apreciada em assembleia geral ordinária a ser realizada em abril de 2021. A administração propôs aos acionistas, baseado em manifestação formal destes, através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de junho de 2019, a distribuição de dividendos da totalidade do lucro líquido do exercício de 2018, deduzida a reserva legal, no montante de R\$ 71.806. O pagamento dos dividendos ocorreu em junho de 2019. **16. Gerenciamento de risco e capital: (a) Risco de mercado:** A política do Banco é primordialmente de "match funding" minimizando assim a necessidade de utilização de derivativos para proteção dos ativos e passivos expostos às variações de moeda e de taxas de juros. O Banco não detém carteira de negociação e sua estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é compatível com a natureza de suas operações e complexidade dos produtos, e não há operações de derivativos em aberto para proteção de seus ativos com relação à variação cambial. A exposição cambial ativa em dezembro de 2020 foi de R\$ 339 (2019 - R\$ 1.860), equivalente a 0,06% (2019 - 0,39%) do patrimônio de referência do Banco. **(b) Risco de liquidez:** Eventuais Riscos de liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos de risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. Em situações de estresse específico de liquidez ou de crise sistêmica que acarretem significativa redução dos níveis projetados de reserva, há um plano de contingência para o restabelecimento do nível mínimo requerido. **(c) Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações, que é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, dentre outros, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. **(d) Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e/ou de eventos externos. O Banco instituiu a estrutura de gerenciamento do risco operacional cujo o objetivo principal é avaliar, monitorar e mitigar ocorrências do risco operacional, que é objeto de relatório detalhado semestral. **(e) Gerenciamento de capital:** O Banco, instituiu a estrutura de Gerenciamento de Capital, cuja política apresenta o conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Banco no controle e Gerenciamento de Capital, e realiza projeção periódica do enquadramento do capital perante a possível ocorrência dos riscos a que o Banco está sujeito. São realizados Testes de Estresse trimestrais no sentido de assegurar a manutenção do capital mínimo, tendo como variáveis cenários distintos de deteriorização da carteira de crédito, sendo o primeiro o rebaixamento em um nível de crédito de toda a carteira e o segundo a adição de 60 dias de atraso para todo o portfólio inadimplente. Adicionalmente, considerando a proposta de distribuição de dividendos no valor de 30% referentes aos lucros auferidos nos exercícios de 2019 e 2020 (Resolução CMN 4.885/20), não foram verificados descumprimentos nas projeções dos limites aplicáveis atualmente ao Banco IBM. O Relatório Pilar 3 está disponibilizado no site do Banco IBM. **(f) Análise de sensibilidade:** São realizados testes de estresse trimestrais no sentido de assegurar a manutenção do capital mínimo, tendo como variáveis cenários distintos de deteriorização da carteira de crédito, sendo o primeiro o rebaixamento em um nível de crédito de toda a carteira e o segundo a adição de 60 dias de atraso para todo o portfólio inadimplente, adicionalmente, foi considerada a proposta de distribuição de dividendos no valor de 30% referentes aos lucros auferidos nos exercícios de 2019 e 2020 (Resolução CMN 4.885/20). Com isso, são simulados possíveis descumprimentos nos limites aplicáveis atualmente ao Banco IBM e seus impactos adjacentes, os quais não apresentaram desenquadramentos.

**Impacto Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....**

	Cenário I (a)	Cenário II (b)
Impacto Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	13.309	35.649
Patrimônio de referência projetado .....	524.400	502.060
Exposição cambial .....	0,06%	0,07%
Concentração por grupo econômico - Em relação ao espaço disponível.....	Redução 4%	Redução 12%
Concentração setor público .....	Não há exposição	Não há exposição
Índice de Basileia .....	<u>48,40%</u>	<u>46,34%</u>

**(a)** Cenário considerando rebaixamento de um nível na classificação de crédito para todos os clientes da instituição financeira com congelamento da posição de atraso. Para os clientes que possuíam duas classificações de crédito devido à inadimplência foram adicionados 30 dias de atraso mantendo-se os valores da carteira. **(b)** Cenário considerando rebaixamento de dois níveis na classificação de crédito para todos os clientes da instituição financeira com congelamento da posição de atraso. Para os clientes que possuíam duas classificações de crédito devido à inadimplência foram adicionados 60 dias de atraso mantendo-se os valores da carteira. **17. Limites Operacionais:** As Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 implementaram as regras de mensuração do capital regulamentar e definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições. O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA - Risk Weighted Assets) está representado abaixo no que se refere aos riscos de crédito, mercado e operacional. Em 31 de dezembro de 2020 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório com índice de 49,63%, sendo o limite mínimo regulamentar de 8% e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco.

**Exposições ao Risco**

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD) .....	837.803	1.095.013
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPAD) .....	932	9.349
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD) .....	243.712	265.175
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (b) .....</b>	<b>1.082.447</b>	<b>1.369.537</b>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo para RWA .....</b>	<b>86.595</b>	<b>109.563</b>
<b>Patrimônio de Referência - Nível 1 (a) .....</b>	<b>537.709</b>	<b>479.426</b>

**Índice de Basileia (a)/(b) .....**

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
Obrigações legais				
PIS (c) .....	80.054	(78.665)	77.758	(76.375)
CSLL (b) .....	116.027	(101.319)	114.324	(99.400)
CIDE (a) .....	4.910	(4.910)	4.860	(4.860)
	<u>200.991</u>	<u>(184.894)</u>	<u>196.942</u>	<u>(180.635)</u>

**Contingências passivas**  
Cíveis .....

	Dezembro 2020		Dezembro 2019	
	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
Obrigações legais				
PIS (c) .....	80.054	(78.665)	77.758	(76.375)
CSLL (b) .....	116.027	(101.319)	114.324	(99.400)
CIDE (a) .....	4.910	(4.910)	4.860	(4.860)
	<u>200.991</u>	<u>(184.894)</u>	<u>196.942</u>	<u>(180.635)</u>

**(a)** Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. **(b)** Se deve, principalmente, ao Mandato de Segurança nº 0007598-75.1996.4.02.5101 (96.0007598-0) ajuizado pelo Banco IBM em 1996 para questionar a cobrança da CSLL, instituída pelos arts. 1º a 8º da Lei nº 7.689/88 e incidente sobre o lucro auferido pelo Banco a partir de abril de 1996. Para o período de 01 de abril a 06 de junho de 1996, existe decisão favorável ao Banco IBM que reconheceu a não incidência da CSL nos termos da EC nº 10/96 nesse período. O montante referente a esse período compõe, principalmente, a diferença entre os saldos dos depósitos judiciais e da provisão e refere-se substancialmente a depósitos

no montante de R\$ 15,3 milhões (2019 - R\$ 15 milhões). Para os demais períodos, o processo encontra-se suspenso, após determinação para se aguardar a repercussão geral sobre o tema no Supremo Tribunal Federal. **(c)** O processo judicial em questão deve-se ao questionamento quanto a aplicabilidade dos impostos para o resultado financeiro do Banco. Com base no texto vigente, a Lei nº 12.973/14, em relação às novas disposições tributárias, limitou os depósitos judiciais sobre PIS/COFINS realizados pelo Banco, objeto do Mandado de Segurança (MS) nº 2008.51.01.027609-6, ao mês de dezembro de 2014 com consequente obrigação de recolhimento dos referidos impostos a partir de janeiro de 2015. A diferença entre os saldos dos depósitos judiciais e da provisão deve-se, substancialmente, ao valor de R\$ 605 depositado a maior em agosto de 2012, acrescida da atualização monetária do período. A Administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências. Os processos relevantes avaliados como risco de perda possível, não provisionados, referem-se primordialmente a processos cíveis sobre danos morais e materiais e montam a R\$ 58.048 (2019 - R\$ 70.259). **19. Partes relacionadas:** O Banco tem como controladora direta a IBM Participações Ltda. que por sua vez tem a IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda. como sua controladora direta. O Banco mantém com empresas do grupo IBM, as seguintes transações:

	Dezembro 2020			



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O-4